

LEI Nº 2449, DE 14 DE JULHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Nova Lima, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES E DAS METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na Constituição do Estado de Minas Gerais e na Lei Orgânica do Município de Nova Lima, as diretrizes para a elaboração e execução do Orçamento Municipal de Nova Lima para o exercício de 2015, compreendendo:

- I - as prioridades e as metas da Administração Pública Municipal;
- II - a estrutura e a organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições finais.

Art. 2º - As ações prioritárias e as respectivas metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2015 são as constantes do Anexo II que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2015 e na sua execução, e cujas dotações necessárias ao cumprimento das metas fixadas deverão ser incluídas no projeto e na Lei Orçamentária, observando as seguintes diretrizes gerais:



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

I - emprego e renda;

II - desenvolvimento social;

III - planejamento e desenvolvimento urbano;

IV - gestão democrática e participativa.

Art. 3º - O Projeto e a Lei Orçamentária conterão dotações necessárias ao cumprimento do cronograma de execução de projetos já iniciados.

CAPÍTULO II **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo municipal, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Art. 5º - Cada programa de governo, identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, classificadas por atividades, projetos ou operações especiais, especificando, ainda, a função, a subfunção, os respectivos valores



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

e metas para o exercício, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela sua execução.

§ 1º - As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser classificadas sob um único código, independente da unidade executora.

§ 2º - O projeto deve constar de uma única esfera orçamentária, sob um único programa.

Art. 6º - O orçamento fiscal compreenderá a programação orçamentária do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município, seus fundos e órgãos, instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

Art. 7º - O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos.

§ 1º - Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elemento de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais - 1;
- II - juros e encargos da dívida - 2;
- III - outras despesas correntes - 3;
- IV - investimentos - 4;
- V - inversões financeiras - 5;
- VI - amortização da dívida - 6; e
- VII - reserva de contingência - 9.

§ 2º - A Modalidade de Aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora ou indiretamente, mediante transferência financeira. A especificação da modalidade de aplicação de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I - transferências à União - 20;
- II - transferências a Governo Estadual - 30;
- III - transferências a municípios - 40;



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

IV - transferências a instituições privadas sem fins lucrativos - 50;

V - transferências a instituições privadas com fins lucrativos - 60;

VI - transferências a instituições multigovernamentais - 70;

VII - transferências a Consórcios - 71;

VIII - transferências ao exterior - 80; ou

IX - aplicações diretas - 90.

Art. 8º - As receitas do Município são provenientes de:

I - tributos de sua competência;

II - atividades econômicas que, por conveniência, possa vir a executar;

III - transferências por força de mandamento constitucional ou de convênios, firmados com entidades governamentais e privadas, nacionais e internacionais;

IV - empréstimos e financiamentos com prazo superior a 12 meses autorizados por lei específica, vinculados, à execução de obras e prestação de serviços públicos; e

V - empréstimos tomados para antecipação da receita de algum serviço mantido pela administração municipal.

Parágrafo único - As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e fontes de recursos.

Art. 9º - O município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência.

§ 1º - A Administração do Município tomará as medidas necessárias que busquem a diminuição do volume da Dívida Ativa inscrita.

§ 2º - Em casos excepcionais poderá o Executivo Municipal, observados os preceitos expressos na Lei Complementar nº 101/2000, conceder isenções de natureza tributária.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 10. É vedada a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, de acordo com o art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000-LRF.

Art. 11. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Nova Lima será constituído de:

I - Texto da lei;

II - Quadros orçamentários consolidados na forma do Anexo I, da Lei Federal nº 4.320/64;

III - Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - Objetivos e metas nos termos da Lei Orgânica do Município de Nova Lima; e

V - Tabelas explicativas, mensagem circunstanciada e quadros orçamentários determinados pela Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/00, além de demonstrativos da aplicação de recursos públicos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do artigo 212 da CF, no financiamento das ações e serviços públicos de saúde, e no financiamento das ações desenvolvidas pelo Poder Legislativo Municipal, observadas as instruções do Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º - O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal os projetos de lei orçamentária e de créditos adicionais, inclusive, por meio eletrônico, na forma de banco de dados, com sua despesa discriminada por elemento de despesa.

§ 2º - A Câmara Municipal encaminhará ao Poder Executivo os autógrafos dos Projetos de Lei Orçamentária e de créditos adicionais, inclusive por meio eletrônico, na forma de banco de dados, com base no qual serão editadas as correspondentes leis.

§ 3º - Os projetos referidos nos §§ 1º e 2º serão, reciprocamente, disponibilizados na forma acordada entre os órgãos técnicos, dos Poderes Legislativo e Executivo.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

§ 4º - Os quadros orçamentários consolidados e as informações complementares exigidas por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo legal a que se referem.

§ 5º - A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária anual conterá:

I - Avaliação das necessidades de financiamento do setor público municipal, explicitando receitas e despesas e os realizados em 2013;

II - Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

Art. 12. Para efeito do disposto no artigo anterior, os órgãos da Administração Municipal encaminharão à Secretaria Municipal de Fazenda, até o dia 30 de Junho de 2014 e o Poder Legislativo até o dia 31 de Julho de 2014, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto da Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único – Na elaboração de suas propostas, as instituições mencionadas no *caput* deste artigo terão como parâmetro suas despesas:

I - com pessoal e encargos sociais, o gasto efetivo com a folha de pagamento dos três primeiros meses do exercício de 2014, apurando a média mensal e projetando-a para todo o exercício, considerando os acréscimos legais e o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, alterações de planos de carreira, as admissões na forma das disponibilidades existentes na tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de servidores municipais, assim como das funções públicas existentes no âmbito do Município e eventuais reajustes a serem concedidos aos servidores públicos municipais;

II - com os demais grupos de despesa, o montante efetivamente executado junto às dotações orçamentárias, observando-se com relação à média e projeção, as disposições no inciso anterior.

Art. 13. A elaboração do Projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2015, sua aprovação e sua execução deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único. O Poder Executivo divulgará as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º, da Lei Complementar nº 101/ 2000; e

I - a proposta de lei orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos e as informações complementares;



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

II - a Lei Orçamentária anual e seus anexos;

III - a execução orçamentária, de acordo com o art. 48 e 48A da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 14. O valor das receitas e despesas contido no Projeto de Lei Orçamentária será expresso em preços correntes estimados para o exercício de 2014.

Art. 15. A estimativa das receitas considerará:

I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade de cada fonte;

II - os fatores que influenciem a arrecadação dos impostos e da contribuição de melhoria; e

III - as alterações da legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de Projeto de Lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 16. Fica proibida a liquidação de despesa sem que esteja identificada a fonte e destinação de recursos correspondentes e legalmente instituída a unidade executora.

Art. 17. As despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo serão fixadas observado o disposto nos §§ 1º a 3º deste artigo, respeitadas as disposições dos artigos 19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - Os reajustes dos vencimentos, salários e proventos dos servidores municipais obedecerão aos dispositivos estabelecidos na legislação trabalhista e municipal.

§ 2º - A lei orçamentária consignará recursos necessários para atender às despesas que decorrerem dos planos de carreira do servidor.

§ 3º - Somente poderá ocorrer aumento na despesa total de pessoal, após atendimento ao disposto no art. 17 e parágrafos da LC 101/2000, que trata da despesa obrigatória de caráter continuado.

Art. 18. Os investimentos serão programados segundo as prioridades e metas estabelecidas no art. 2º desta Lei.

Art. 19. As despesas com o serviço da dívida serão fixadas considerando a amortização e os encargos previstos para o exercício de 2015 e os limites e critérios de rolagem determinados pela legislação federal.

Art. 20. As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão por conta de dotações consignadas para esta finalidade, que constarão da unidade orçamentária responsável pelo débito.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

Parágrafo único. Os processos referentes ao pagamento de que trata o presente artigo, deverão ser submetidos à apreciação da Procuradoria Geral do Município antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações baixadas por aquele órgão.

Art. 21. A Controladoria Geral do Município observará as diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação de recursos na Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, a execução orçamentária, e avaliará os custos e os resultados dos programas de governo financiados com recursos do orçamento.

Art. 22. A proposta orçamentária conterà reserva de contingência vinculada ao respectivo orçamento fiscal, em montante equivalente a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) representando aproximadamente 0,0257% da receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, sendo vedada na forma do artigo 5º, III, "b", da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, sua utilização para outros fins.

Art. 23. O Orçamento Municipal poderá consignar recursos para financiar serviços de sua responsabilidade a serem executados por entidades de direito privado, mediante convênios, desde que sejam da conveniência do governo municipal e que estas entidades tenham demonstrado padrão de eficiência no cumprimento dos objetivos determinados, observando-se ainda:

I - não tenham débito de prestação de contas referentes a recursos anteriormente repassados pelo Município; e

II - sejam autorizados por lei municipal específica.

Art. 24. O Poder Executivo, durante a execução orçamentária, tomará as providências necessárias à obtenção do resultado primário fixado no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, utilizando, inclusive, o cronograma mensal de arrecadação e desembolso financeiro.

Art. 25. Para os efeitos do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se despesa irrelevante aquela que não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 26. A Lei Orçamentária e seus créditos adicionais não destinarão recursos para atender ações que não sejam de competência do Município.

Parágrafo único - A vedação disposta no *caput* deste artigo não se aplica às ações decorrentes dos processos de municipalização dos encargos da prestação da saúde, da educação, da assistência social e do trânsito de veículos.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

Art. 27. A lei orçamentária consignará recursos para a implementação e manutenção de reforma administrativa a ser realizada no exercício de 2015.

Art. 28. Além da observância das prioridades fixadas nesta Lei nos termos do art. 2º da Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº101/2000, somente incluirão novos projetos se:

- I - tenham sido adequadamente contemplados todos aqueles em andamento;
- II - tenham sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;
- III - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual - PPA; e
- IV - apresentarem viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 29. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais e contribuições, ressalvadas aquelas destinadas a entidades sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, comunitária, cultura, educação, saúde, esporte e lazer e que preencham uma das seguintes condições:

- I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita;
- II - não estejam em débito com prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do Município;
- III - tenham sido declaradas por lei como entidades de utilidade pública; e
- IV - tenham sido beneficiadas por lei municipal específica.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos, deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2015, por autoridade local e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - Excepcionalmente, a declaração de funcionamento de que trata o § 1º, quando se tratar das ações voltadas à educação e à assistência social, poderá ser em relação ao exercício anterior.

§ 3º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, poderão ser fiscalizadas pelo Órgão do Poder Executivo concedente, a fim de se verificar o cumprimento das metas e dos objetivos propostos.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

§ 4º - As transferências efetuadas na forma deste artigo deverão ser precedidas da celebração do respectivo termo de convênio, ajuste ou acordo e da apresentação de projeto a ser executado.

Art. 30. Os critérios e a forma de limitação de empenho de que trata o art. 4º, I, "b", da Lei Complementar nº 101/2000 serão processados mediante os seguintes procedimentos operacionais contábeis:

I - revisão física e financeira contratual, adequando-se aos limites definidos pelos órgãos responsáveis pela política econômica e financeira do Município, formalizadas pelo respectivo aditamento contratual; e

II - contingenciamento do saldo da Nota de Empenho a liquidar, ajustando-se à revisão contratual determinada no inciso anterior, quando for o caso.

Art. 31. O critério para limitação dos valores financeiros da Câmara Municipal será processado após apresentação por aquele Poder da nova programação orçamentária e financeira.

Art. 32. A limitação de empenho de que trata o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000, obedecerá a seguinte hierarquização:

I - obras estruturantes;

II - obras de manutenção que objetivem a recuperação de danos ocorridos no equipamento existente; e

III - serviços de terceiros e encargos administrativos.

Seção II

DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Art. 33. Os Projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da Lei Orçamentária Anual, e serão encaminhados pelo Executivo à Câmara Municipal, também por meio eletrônico.

§ 1º - Os créditos a que se refere o *caput* serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas na proposta orçamentária para o exercício de 2015.

§ 2º - O disposto no *caput* não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

§ 3º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos, quando for o caso, sobre a execução das atividades, projetos e respectivos subtítulos e metas.

§ 4º - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320/1964.

§ 5º - Para fins do disposto neste artigo, considera-se crédito adicional a criação e a expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental.

§ 6º - Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Municipal serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva Lei.

§ 7º - Nos casos de créditos adicionais, abertos à conta de recursos provenientes do excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com o art. 15 desta Lei.

§ 8º - Os Projetos de Lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo do impacto no resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias.

§ 9º - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 34. Além da abertura de créditos adicionais fica autorizada:

- I- A transposição, remanejamento e transferência de recursos orçamentários, durante a execução orçamentária, conforme o disposto art. 165 § 8º, da CR/88; e
- II- A inclusão, anulação e transferência, na despesa orçamentária, de fontes de recursos, com o consentimento prévio do Secretário Municipal de Fazenda.

Seção III

Das Disposições sobre alterações da Legislação Tributária

Art. 35. Poderão ser apresentados à Câmara Municipal Projetos de Lei sobre matéria tributária pertinente visando o seu aperfeiçoamento, a adequação a mandamentos constitucionais e o ajustamento a leis complementares e resoluções federais, observando:



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

I - quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, o objetivo de assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

II - quanto ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos – ITBI, a adequação da legislação aos comandos de lei complementar federal ou de resolução do Senado Federal;

III - quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a adequação da legislação municipal aos comandos da lei complementar federal e a mecanismos que visem à modernização e à agilização de sua cobrança, arrecadação e fiscalização;

IV - quanto às taxas cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos prestados ao contribuinte, a incidência ou não do tributo;

V - quanto à contribuição de melhoria, a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

VI - a instituição de novos tributos ou a modificação dos já instituídos, em decorrência de revisão da Constituição Federal;

VII - aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à sua racionalização, simplificação e agilização;

VIII - a aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração à legislação tributária; e

IX - o aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, visando à modernização e à eficiência na arrecadação equânime da carga tributária.

Parágrafo único - As medidas mencionadas no caput deste artigo, estender-se-ão à administração da Dívida Ativa.

Art. 36. Não será aprovado Projeto de Lei que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, sem a prévia estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente da renúncia de receita correspondente.

Art. 37. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14, § 3º, da LRF).



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. Caberá à Secretaria Municipal da Fazenda, a coordenação da elaboração do orçamento de que trata a presente Lei.

Art. 39. Caso o Projeto de Lei Orçamentária Anual, referente ao exercício de 2015, não seja sancionado até 31 de dezembro de 2014, a programação nele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - benefícios previdenciários;

III – encargos e serviços da dívida;

IV - outras despesas correntes, limitadas a 1/12 (um doze avos) do valor total previsto para essa natureza de despesa; no Projeto de Lei Orçamentária de 2015, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei;

V- despesas vinculadas, correntes ou de capital, financiadas com recursos financeiros transferidos pela União ou pelo Estado de Minas Gerais, serão executadas conforme previsto no Termo de Convênio, acordo e ajuste firmados com o Município;

VI- despesas de capital - investimentos, iniciadas e em andamento, serão executadas conforme projeto básico e executivo constante do Edital de Licitação e suas alterações, a fim de evitar prejuízos financeiros e sociais ao Município e seus cidadãos; e

VII- despesas com educação e saúde conforme disposto na Constituição Federal.

Parágrafo único - Os eventuais saldos negativos, apurados em virtude de emendas ao Projeto de Lei de Orçamento, serão ajustados após a sanção pelo Prefeito Municipal, mediante abertura de créditos adicionais, por meio de remanejamento de dotações.

Art. 40. O Poder Executivo publicará até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório da execução orçamentária, comparando a previsão e a realização orçamentária das metas fiscais.

Art. 41. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, destinados ao Poder Legislativo, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 42. A Lei Orçamentária conterà autorização para contratação de operações de crédito, antecipação de receita nos limites e condições previstos na legislação específica, e para a abertura de créditos adicionais suplementares, e ainda,



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

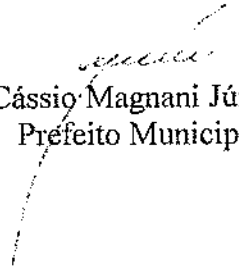
proceder à redistribuição de parcelas das dotações de pessoal, quando considerada indispensável à movimentação administrativa interna de pessoal, sem aumento do gasto.

Art. 43. Integram esta Lei os Anexos de Riscos Fiscais e das Metas Fiscais, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 44. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015.

Nova Lima, 14 de julho de 2014.


Cássio Magnani Júnior
Prefeito Municipal

11



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

ANEXO I – DE RISCOS FISCAIS

2015

MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2015

(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº. 101/00)
R\$ milhares

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	R\$	Descrição	R\$
Demandas Judiciais	2.000	Utilização da Reserva de Contingência e/ ou abertura de créditos adicionais.	2.000
Frustração de Arrecadação equivalente a 2% da receita total.	10.411	Contingenciamento de despesas	10.411
Outros Riscos Fiscais	500	Contingenciamento de despesas	500
TOTAL	12.911	TOTAL	12.911

Os riscos fiscais são classificados em duas categorias: orçamentários e de dívida.

Os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram desvios entre receitas e despesas orçadas.

Com relação aos riscos relativos a não efetivação da receita, as variáveis que influem diretamente na arrecadação dependem da atividade econômica e da inflação.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

Por sua vez, as despesas realizadas pelo Governo podem apresentar desvios em relação às projeções utilizadas para a elaboração do orçamento, tanto em função do nível de atividade econômica, da inflação observada, como em função de modificações constitucionais e legais que introduzam novas obrigações para o Governo.

Podemos considerar riscos orçamentários, portanto, os desvios entre os parâmetros adotados nas projeções e os observados de fato.

Os riscos de dívida são oriundos de dois tipos diferentes de eventos. O primeiro diz respeito à administração da dívida, ou seja, riscos decorrentes da variação das taxas de juros e câmbio nos títulos vincendos. Já o segundo tipo refere-se aos passivos contingentes do Município, isto é, dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como os resultados dos julgamentos de processos judiciais que envolvem o Município.

Os riscos fiscais advindos do estoque da dívida pública estão sob controle, não se apresentando como de exigibilidade na alocação de recursos a curto ou em médio prazo.

Nova Lima, 14 de julho de 2014.


CÁSSIO MAGNANI JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

ANEXO II - DE METAS FISCAIS 2015

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2015

O Município, observando as diretrizes gerais constantes do Art. 2º do Capítulo I da presente lei, executará como prioridade, as ações delineadas abaixo:

I – Emprego e renda

- I.1 – Aprimoramento e continuidade dos programas municipais de qualificação técnica profissional;
- I.2 – Aprimoramento e continuidade do programa de intermediação de mão de obra;
- I.3 – Aprimoramento e continuidade do programa de prospecção e incentivo empresarial;
- I.4 – Aprimoramento e continuidade do programa de monetização comunitária.

II – Desenvolvimento social

- II.1 – Complementação da renda familiar das pessoas de baixa renda inseridas no Programa Vida Nova e inserção de novas famílias;
- II.2 – Manutenção e ampliação do programa de moradia para a população de baixa renda;
- II.3 – Manutenção e ampliação do Programa Saúde da Família;
- II.4 – Manutenção das ações de saúde do idoso, do trabalhador, da mulher, da criança e do adolescente;
- II.5 – Manutenção das ações de educação continuada em saúde, de combate a endemias, de controle de zoonoses, de combate à Dengue e de combate e prevenção das DSTs;
- II.6 – Continuidade da integralização e municipalização das ações de saúde pública;
- II.7 – Continuidade dos projetos de Escola Aberta, Escola de Tempo Integral e 2º Tempo;
- II.8 – Continuidade dos programas de língua estrangeira (Cempre) e informática (Inclusão Digital);
- II.9 – Manutenção dos programas de Merenda Escolar, Passe Estudantil e manutenção da rede física;
- II.10 – Continuidade do programa de reestruturação dos postos de saúde existentes e implantação de novos postos;



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

- II.11 – Manutenção e ampliação dos projetos desportivos, de lazer, entretenimento, diversão e cultura;
- II.12 – Manutenção e ampliação dos programas e ações sociais e dos centros de referência da assistência social;
- II.13 – Manutenção e ampliação das ações de subvenção a entidades assistenciais cadastradas no CMAS e em conformidade com a LOAS;
- II.14 – Manutenção e ampliação das ações de incentivo à cultura, especialmente com o efetivo funcionamento da Lei Municipal de Incentivo à cultura e do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, através da publicação de Editais para seleção de projetos.
- II.15 - Manutenção do pré-vestibular municipal;
- II.16 – Implantação do Centro Cultural "Cine Ouro ";
- II.17 – Implantação e manutenção do SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

III – Planejamento e desenvolvimento urbano

- III.1 – Implantação do plano diretor do município;
- III.2 – Urbanização e execução de obras de infra-estrutura complementares da regional noroeste;
- III.3 – Continuidade do programa de requalificação urbana;
- III.4 – Construção de Primeiras Escolas
- III.5 – Continuidade do programa "cidade bonita" com extensão de redes pluviais, ligação de redes de esgoto, drenagens, construção de muros de arrimo, passarelas, corrimão e degraus, contenção de barrancos e encostas, pavimentação, construção e reformas dos campos amadores e do estádio municipal, reforma e manutenção de parques e áreas de lazer, construção e reformas de ginásios e quadras poliesportivas e extensão e melhoria da rede de iluminação pública;
- III.6 – Implantação de vias estruturantes para integração do território municipal;
- III.7 – Continuidade do programa de saneamento ambiental no município;
- III.8 – Elaboração de plano diretor para gerenciamento de resíduos sólidos no município;
- III.9 – Continuidade na implantação do programa municipal de redução de risco;
- III.10 – Continuidade e ampliação dos programas e ações voltadas para a preservação ambiental;
- III.11 – Continuidade do programa de Revitalização das Águas.
- III.12 – Construções de Novas Estações de Tratamento (ETE) e barragens de contenção.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

III.13 – implantação do Projeto "Gold City".

III.14 – Construção da Arena Municipal.

III.15 – Construção do Cemitério Municipal no Bairro Jardim Canadá;

III.16- Elaboração do Plano de Obras para o Ministério de Turismo, a fim de obter recursos para implantação pela Secretaria Municipal de Turismo do Trem Turístico, Portais de Turismo, Ecoturismo, Feira de Artesanato e Festival da Cerveja Artesanal.

IV – Gestão democrática e participativa

IV .1 – Implementação efetiva do Orçamento Participativo do Município de Nova Lima, com regulamentação legal de seu funcionamento e destinação de percentual da receita corrente líquida à execução de obras e serviços decididos pela população presente às Assembléias do Orçamento Participativo.

IV.2 – Melhoria da rede física da administração pública com efetiva implantação do Centro Administrativo Municipal;

IV.3 – Modernização técnico-administrativa da prefeitura municipal;

IV.4 – Continuidade da revisão e implementação de plano de cargos e salários;

IV.5 – Continuidade do programa de formação continuada dos servidores municipais;

IV.6 – Manutenção e ampliação das ações de segurança pública municipal, construção da sede e aquisição de veículos, que tornarão as ações mais eficientes;

IV.7 – Continuidade do programa de atendimento e assistência ao servidor público;

IV.8 – Continuidade das ações de controle interno;

IV.9 – Continuidade das ações voltadas para a abrangência e acessibilidade à Ouvidoria Geral do município;

IV.10 – Continuidade das ações destinadas a garantir a participação das comunidades na gestão pública municipal.

IV. 11 – Melhoria na gestão tributária Municipal.

IV. 11.1 – ISS Digital;

IV. 11.2 – Recadastramento Físico Imobiliário

IV. 11.3 – Geoprocessamento;

IV. 11.4 – Implementação da execução fiscal.

IV.12 – Manutenção da Regional Nordeste.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

DEMONSTRATIVO I – DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS
(§1º, Art.4º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000)

ANEXO I

1. METAS ANUAIS DE 2015 A 2017

O presente demonstrativo estabelece a meta de resultado primário e resultado nominal, para o exercício de 2015 e indica as metas para 2016 e 2017.

As metas identificadas na tabela 2 foram apuradas seguindo determinação da Secretaria de Tesouro Nacional, e abrange os órgãos da Administração Direta, dos Poderes.

A tabela destaca os valores correntes e constantes de receitas e despesas, primárias e nominais, e da dívida pública consolidada e líquida do Município de Nova Lima projetadas.

O controle permanente dos gastos públicos tem permitido ao município obter ganhos na eficiência das despesas governamentais, possibilitando a continuidade das ações dos projetos estruturadores estabelecidos no Plano Plurianual em sintonia com a meta de superávit primário fixada.

2. METODOLOGIA DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA.

As projeções das metas anuais para a LDO 2015 e para os anos subsequentes foram estabelecidas em função das expectativas quanto ao desempenho das atividades econômicas do país, das projeções para outros indicadores macroeconômicos, além dos desempenhos esperados para algumas categorias de receitas e de principais categorias de despesas, tendo como referência os parâmetros já citados nesse projeto.

Principais Parâmetros Macroeconômicos

Os principais parâmetros para as projeções coincidem com os do cenário macroeconômico de acordo com as projeções do IBGE.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

ANEXO II

DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR -2013

(Inciso I § 2º Art. 4º da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000)

Este demonstrativo visa cumprir determinação do inciso I, § 2º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, e seu objetivo é comparar o resultado alcançado em 2013 com as metas fixadas na Lei 2287 de 18 de julho de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2013. A comparação é expressa na tabela, que apresenta as receitas e as despesas previstas na meta de superávit primário da LDO 2013 e os valores efetivamente realizados naquele ano. São ainda destacadas as informações referentes ao resultado nominal, à dívida pública consolidada e à dívida líquida consolidada.

ANEXO III

DEMONSTRATIVO III - METAS ANUAIS/2012 a 2017

(Inciso I § 2º Art. 4º da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000)

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo 2º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, é aqui apresentada a evolução das metas anuais fixadas. A parte superior do Demonstrativo III apresenta, a preços correntes, o comparativo das metas anuais fixadas nos três exercícios anteriores com as projetadas para o período 2015-2017. Já a parte inferior do Demonstrativo III, expressa o comparativo a preços constantes, para o mesmo período, adotando-se a previsão da variação de preços anuais, prevista nas respectivas leis de diretrizes orçamentárias, como fator para a atualização dos valores.

DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Inciso III § 2º, Art.4º, da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000)

Este Demonstrativo apresenta a evolução do patrimônio líquido da Administração Pública do Município de Nova Lima nos exercícios de 2011 a 2013, em consonância com o inciso III, § 2º do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2015
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2011/2013

AMF – Demonstrativo IV (LRF art.4º, §2º inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	247.057	100	154.448	100	111.097	100
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado acumulado	0	0	0	0	0	0
Total	247.057	100	154.448	100	111.097	100

**DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS
COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

(Inciso III, §2º, do Art.4º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000)

Este demonstrativo tem como finalidade destacar a receita de capital oriunda da alienação de ativos, bem como sua aplicação em despesa de capital no exercício de 2013 em consonância com o inciso III, § 2º do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Conforme disposto no Art. 44 da referida lei, é vedada a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2015
ANEXO DE METAS FISCAIS
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO
DE ATIVOS**
2011/2013

AMF – Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)
milhares

R\$

RECEITAS REALIZADAS	2013	2012	2011
Receita de Capital – Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	0	0	22
Alienação de Bens Imóveis	0	301	0
DESPESAS EXECUTADAS			



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			
Despesas de Capital			
Investimentos	0	301	22
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
SALDO FINANCEIRO	0	0	0

DEMONSTRATIVO VI - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

(art. 4º, § 2º, Inciso V, da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000)

Cumpra o presente demonstrativo o disposto no artigo 4º, § 2º, Inciso V, da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) -, como parte integrante do Anexo de Metas Fiscais que compõe o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015.

A renúncia de receita aqui demonstrada atende à definição do art. 14, § 1º, da LRF: “a renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado”. A LRF define também que a concessão ou ampliação de incentivo fiscal do qual decorra renúncia de receita deve atender alternativamente a um dos seguintes critérios: estar prevista na projeção orçamentária constante das metas fiscais estipuladas ou, em caso negativo, ser acompanhada de medida de compensação, de forma a não comprometer tais metas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2015
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2015/2017

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2015	2016	2017	
IPTU	Isenção	Famílias Carentes	1.800.000	2.000.000	2.200.000	(1)
IPTU	Remissão	Famílias Carentes	600.000	500.000	500.000	(1)
IPTU	Isenção	Inscritos Dívida Ativa	2.200.000	2.000.000	2.000.000	(1)
IPTU	Desconto	Pagamento antecipado	2.500.000	2.500.000	2.500.000	(1)
ISSQN	Isenção	Inscritos Dívida Ativa	2.300.000	1.500.000	1.500.000	(2)



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

Taxas	Isenção	Inscritos Dívida Ativa	200.000	200.000	200.000	(3)
Taxas	Remissão	Famílias Carentes	50.000	60.000	50.000	(3)
total			9.650.000	8.760.000	8.950.000	

- 1) Atualização cadastral dos contribuintes de IPTU;
- 2) Aumento da atividade de prestação de serviços, dos contribuintes inadimplentes;
- 3) Aumento da base de contribuintes de taxas municipais.

Estima-se que a renúncia de receita atinja o valor aproximado de R\$ 9.650.000,00 em 2015, compreendidas neste total as remissões, as isenções, o desconto pelo pagamento antecipado do IPTU, ISS e Taxas de Serviços. As remissões de IPTU, avaliadas em cerca de R\$ 600.000,00, beneficiarão cerca de 10 mil imóveis de baixa renda. As isenções de IPTU respondem por aproximadamente R\$ 1.800.000,00 de renúncia fiscal famílias de baixa renda em situação de risco social, com renda abaixo da linha de pobreza, Ainda, poderá ocorrer isenção de ISSQN, em aproximadamente, R\$ 2.300.000,00, como incentivo a regularização da situação fiscal do contribuinte pessoa jurídica, inscrito em Dívida Ativa.

DEMONSTRATIVO VII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

A Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, em seu § 2º, inciso V, do art. 4º, determina a inclusão, no Anexo de Metas Fiscais, do Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (DOCC). Para efeito do atendimento desse dispositivo, considera-se despesa obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de Lei ou Ato Administrativo Normativo, que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período com duração superior a dois exercícios (Art. 17, caput). A referida norma, no § 1º do art. 17, determina ainda, que os atos que criarem ou aumentarem as despesas mencionadas acima devem evidenciar a origem dos recursos para seu custeio.

A Lei Complementar nº. 101 define no art. 17, despesa obrigatória de caráter continuado (DOCC) como "a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios".



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2015

AMF – Demonstrativo VII (LRF art.4º §2º, inciso V)

EVENTOS	Valor Previsto para 2015
Aumento Permanente de Receita	89.500.000
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	16.000.000
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	73.500.000
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I + II)	73.500.000
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	65.000.000
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	8.500.000

Nova Lima, 14 de julho de 2014.


CÁSSIO MAGNANI JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS - ANEXO I
METAS ANUAIS - 2015

DEMONSTRATIVO I

ESPECIFICAÇÃO	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	720.229.490	679.461.783	0,0121	778.712.125	693.051.019	0,0119	841.948.274	706.916.006	0,0117
Receitas Primárias (I)	701.359.477	661.659.884	0,0117	758.309.867	674.893.082	0,0116	819.889.228	688.394.806	0,0114
Despesa Total	720.229.490	679.461.783	0,0121	778.712.125	693.051.019	0,0119	841.948.274	706.916.006	0,0117
Despesas Primárias (II)	689.192.725	650.181.816	0,0115	745.155.174	663.185.452	0,0114	805.666.295	676.452.957	0,0112
Resultado Primário (III) = (I - II)	12.166.752	11.478.068	0,0002	13.154.692	11.707.629	0,0002	14.222.933	11.941.849	0,0002
Resultado Nominal	-3.366.752	-3.176.181	-0,0001	-3.454.692	-3.074.664	-0,0001	-3.722.933	-3.125.846	-0,0001
Dívida Pública Consolidada	67.883.991	64.041.501	0,0011	64.429.299	57.341.847	0,0010	60.706.366	50.970.235	0,0008
Dívida Consolidada Líquida	37.383.991	35.267.916	0,0006	33.929.299	30.196.955	0,0005	30.206.366	25.361.847	0,0004



PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVA LIMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR - ANEXO II
2015

DEMONSTRATIVO II

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2013 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2013 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	445.000.000	0,0092	580.580.040	0,0120	135.580.040	30,4674
Receitas Primárias (I)	434.261.000	0,0090	565.426.018	0,0117	131.165.018	30,2042
Despesa Total	445.000.000	0,0092	501.855.972	0,0104	56.855.972	12,7766
Despesas Primárias (II)	430.550.000	0,0089	491.448.083	0,0102	60.898.083	14,1443
Resultado Primário (III) = (I-II)	3.711.000	0,0001	73.977.935	0,0015	70.266.935	1893,4771
Resultado Nominal	3.231.000	0,0001	-70.574.856	-0,0015	-73.805.856	-2284,3038
Dívida Pública Consolidada	64.468.000	0,0013	74.394.683	0,0015	9.926.683	15,3978
Dívida Consolidada Líquida	47.468.000	0,0010	-51.079.537	-0,0011	-98.547.537	-207,6084

PIB 2013 = 4,8 trilhões em valores correntes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES - ANEXO III
EXERCÍCIO 2015

PREFEITURA MUNICIPAL
 DE NOVA LIMA

DEMONSTRATIVO III

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Receita Total	459.635.609	580.580.040	26,31	720.000.000	24,01	720.229.490	0,03	778.712.125	8,12	841.948.274	8,12
Receitas Primárias (I)	453.660.723	565.426.018	24,64	702.506.600	24,24	701.359.477	-0,16	758.309.867	8,12	819.889.228	8,12
Despesa Total	444.735.076	501.855.972	12,84	720.000.000	43,47	720.229.490	0,03	778.712.125	8,12	841.948.274	8,12
Despesas Primárias (II)	435.926.688	491.448.083	12,74	705.050.000	43,46	689.192.725	-2,25	745.155.174	8,12	805.666.295	8,12
Resultado Primário (III) = (I - II)	17.734.035	73.977.935	317,15	-2.543.400	-103,44	12.166.752	-578,37	13.154.692	8,12	14.222.933	8,12
Resultado Nominal	-2.104.988	-70.574.856	3252,74	98.019.717	-238,89	-3.366.752	-103,43	-3.454.692	2,61	-3.722.933	7,76
Dívida Pública Consolidada	67.699.108	74.394.683	9,89	71.250.743	-4,23	67.883.991	-4,73	64.429.299	-5,09	60.706.366	-5,78
Dívida Consolidada Líquida	20.789.094	-51.079.537	-345,70	40.750.743	-179,78	37.383.991	-8,26	33.929.299	-9,24	30.206.366	-10,97

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Receita Total	515.959.357	615.414.842	19,28	720.000.000	16,99	679.461.783	-5,63	693.051.019	2,00	706.916.006	2,00
Receitas Primárias (I)	509.252.308	599.351.579	17,69	702.506.600	17,21	661.659.884	-5,81	674.893.082	2,00	688.394.806	2,00
Despesa Total	499.232.912	531.967.330	6,56	720.000.000	35,35	679.461.783	-5,63	693.051.019	2,00	706.916.006	2,00
Despesas Primárias (II)	489.345.144	520.934.968	6,46	705.050.000	35,34	650.181.816	-7,78	663.185.452	2,00	676.452.957	2,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	19.907.164	78.416.611	293,91	-2.543.400	-103,24	11.478.068	-551,29	11.707.629	2,00	11.941.849	2,00
Resultado Nominal	(2.362.933)	(74.809.347)	3065,95	98.019.717	-231,03	(3.176.181)	-103,24	(3.074.664)	-3,20	(3.125.846)	1,66
Dívida Pública Consolidada	75.994.957	78.858.364	3,77	71.250.743	-9,65	64.041.501	-10,12	57.341.847	-10,46	50.970.235	-11,11
Dívida Consolidada Líquida	23.336.590	(54.144.309)	-332,01	40.750.743	-175,26	35.267.916	-13,45	30.196.935	-14,38	25.361.847	-16,01

Indicadores	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Inflação %	5,8	5,9	6,00	6,0	6,00	6
PJB %	3,50	3,50	4,50	2,0	4,50	2,00
PJB bilhões	4.403.000.000.000	4.841.000.000.000	5.399.000.000.000	5.972.000.000.000	6.550.000.000.000	7.200.000.000.000
Índices de Inflação	1,1225	1,0600	-	1,0600	1,1236	1,1910